

Sumário

Introdução	1
1 Pressupostos Históricos e Teóricos do Direito Mercantil...	7
1.1 Aspectos propedêuticos	8
1.2 Autonomia e dignidade científica do Direito Mercantil....	10
2 Trajeto do Direito Falimentar até o Ideário da Preservação da Empresa: Experiências Estadunidense e Brasileira	25
2.1 Breve histórico do Direito Falimentar estadunidense.....	25
2.2 Formação do Direito Falimentar brasileiro e o nascido da preservação da empresa	44
2.3 Convergência entre os sistemas estadunidense e brasileiro sobre a regra do <i>stay period</i> : breve paralelo	54
3 Caminho Principiológico Adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e Doutrina Positivista	61
3.1 Das regras e dos princípios.....	61
3.2 O <i>stay period</i> e a decisão do Superior Tribunal de Justiça: tensão teórica e desdobramentos práticos.....	65
4 A Primazia da Regra na Escola Positivista e a Prorrogação do <i>Stay Period</i>	85
4.1 Função da regra no sistema jurídico positivista e teorias de Jeremy Bentham e de John Austin	86

4.2 H.L.A Hart, Frederick Schauer, Joseph Raz e a função da regra	93
4.2.1 A regra em H.L.A Hart.....	94
4.2.2 A regra segundo Frederick Schauer.....	98
4.2.3 Regra e autoridade do sistema jurídico em Joseph Raz	102
4.3 Noções de derrotabilidade das regras.....	110
5 A Não Aplicação da Regra do <i>Stay Period</i> pelo Superior Tribunal de Justiça e Contrapontos.....	113
5.1 Superior Tribunal de Justiça: derrotabilidade da regra ou discricionariedade	113
5.2 Suprema Corte dos Estados Unidos e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: manejo da regra mercantil específica	137
Conclusão	161
Referências.....	165